

CORREIO ECONÔMICO



Cezar Fernandes - Agência Brasil

B3 ficará responsável por leilões de petróleo e gás

PPSA contrata B3 para leilões de petróleo e gás natural

Contratada pela Pré-Sal Petróleo (PPSA), empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), a B3 (B3SA3) – a bolsa brasileira – será responsável pela realização, nos próximos três anos, de leilões para comercialização das parcelas de petróleo e gás natural da União nos contratos de partilha de produção e na Jazida Unitizada de Tupi.

Com o objetivo de conferir maior previsibilidade para o mercado, o calendário de leilões de petróleo, definido pela PPSA e o MME, prevê a realização dos dois primeiros leilões para a venda de óleo da União para julho deste ano e abril de 2025. No que se refere ao demais certames, estes deverão ocorrer, somente a partir do quarto trimestre de 2025 (4T25).

Primeiro em julho

A diretora-técnica e presidente interina da PPSA, Tabita Loureiro revelou que no leilão de julho serão vendidas as cargas dos campos de Mero e Búzios de 2025 (vencimento de contratos de compra e venda de petróleo em dezembro). Neste mês, sai o edital para o certame, em 31 de julho.

Volumes definidos

Tabita acrescentou que ainda serão definidos os volumes de óleo a serem disponibilizados em cada leilão específico. “A curva da União é crescente e, por isso, decidimos estabelecer um calendário para oferecer previsibilidade aos compradores”, acrescentou.



Divulgação

Após a pandemia, consumo fora de casa cresceu

Consumo fora do domicílio aumenta 14,4% em março

O consumo de alimento fora de domicílio está em alta. É o que aponta pesquisa do Instituto Foodservice Brasil (IFB), para quem as vendas de grandes redes de lanchonetes e restaurantes cresceram 14,4% em março último, no comparativo anual. Em termos reais, houve avanço de 9,7% do volume comercializado.

Já o critério de ticket médio gasto pelo consumidor nas redes registrou alta de 2,7% no comparativo anual, atingindo R\$ 42,50 em março de 2024. Segundo o vice-presidente executiva do IFB, Ingrid Devisate, “o ticket médio, na verdade, não reflete apenas a inflação. Ele reflete também o hábito das pessoas”.

Paridade positiva

Com paridade de 65,75% ante a gasolina, o etanol foi mais competitivo em relação ao derivado do petróleo em sete estados (AM, GO, MT, MS, MG, PR, SP e DF) na semana passada, aponta levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

IVAR cresce

Depois de subir 1,06% em março, o aluguel residencial avançou 1,40% em abril, conforme dados compilados do Índice de Variação de Aluguéis Residenciais (IVAR), divulgado, nessa terça-feira (7) pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FCV).

Sinal vermelho

Uma situação de alavancagem delicada para 45% das companhias abertas, listada na bolsa de valores, cujo endividamento é o triplo de sua geração de caixa. É o que mostrou levantamento da RK Partners, ao traçar, em 2023, um diagnóstico da situação financeira do segmento.

Proporção elástica

A pesquisa da RK Partners também observou que mais de 20% das empresas citadas a proporção dívida/geração de caixa crescia para seis vezes. “É um número muito alto”, admite Ricardo Knoepfelmacher, que coordenou as maiores reestruturações corporativas do país.

Endividamento das famílias aumenta para 78,5% em abril

Segundo a CNC, tal patamar supera o de igual mês de 2023 (78,3%)

Rovena Rosa - Agência Brasil

Por Marcello Sigwalt

Embora com viés de estabilidade, a proporção de famílias brasileiras endividadas cresceu de 78,1% para 78,5%, na passagem de março para abril, apontou a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada, nessa terça-feira (7) pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Tal patamar mais recente supera, ainda, o apresentado em abril do ano passado, quando chegou a 78,3%.

De acordo com a entidade, o avanço, mesmo que moderado, decorre da maior demanda das famílias por crédito, como reflexo da redução gradual dos juros.

Na avaliação da confederação, a tendência no curto prazo é de que o endividamento continue a crescer, o que aumenta a ‘necessidade de monitoramento do risco de aumento da inadimplência, em especial, no final do ano’.



Facilidade de financiamento contribuiu para maior inadimplência familiar

De acordo com a metodologia da pesquisa da CNC, são consideradas dívidas, contas a vencer nas modalidades: cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e casa.

Já a parcela de consumidores com contas em atraso esstacionou em 28,6% em abril, mesmo percentual apresentado no mês anterior.

Em abril do ano passado, porém, a proporção de famílias inadimplentes era mais alta, correspondente a 29,1%.

No que toca à proporção de consumidores sem condições de pagar suas dívidas vencidas, se mantendo inadimplentes, avançou de 12%, em março, para 12,1%, em abril último, abaixo, portanto, dos 11,6% registrados em abril de 2023.

Desoneração: proposta híbrida à mesa

Adriana Fernandes (Folhapress)

Proposta alternativa para uma reoneração híbrida da folha de pagamentos entrou na mesa de negociação com representantes dos 17 setores que tiveram a desoneração suspensa por decisão liminar (provisória) do STF (Supremo Tribunal Federal). O modelo prevê uma diminuição gradual da cobrança da CPRB (Contribuição Previdenciária sobre

a Receita Bruta), o nome técnico da desoneração da folha.

Ao mesmo tempo, a proposta estabelece uma volta, também gradual, da contribuição sobre a folha de salários na direção da alíquota de 20%.

O modelo de desoneração da folha, suspenso por decisão do ministro Cristiano Zanin, do STF, permite o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários para a

Previdência. As alíquotas variam a depender de cada um dos 17 setores beneficiados.

Pela proposta de reoneração híbrida, a desoneração seria mantida neste ano. Em 2025, o modelo híbrido entraria em funcionamento com 80% das alíquotas setoriais da CPRB e outra parcela com uma alíquota de 5% sobre a folha de salários.

Em 2026, a parcela da alíquota da CPRB cairia para 60% e da folha de salários subiria para

10%. O modelo chegaria a 40% da alíquota da CPRB em 2027, combinado com uma alíquota de 15% incidente sobre a folha de salários. A tabela com as alíquotas foi enviada por emissários do governo Lula e discutida nesta segunda-feira (6) por dirigentes dos setores, que agora fazem as contas.

Técnicos da área econômica avaliam, no entanto, que a proposta não resolve o problema para 2024,

Copom deve ‘rachar’ no corte de 0,25 p.p.

Divulgação

Poucas horas antes de o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom/BC) anunciar, nessa quarta-feira (8), a magnitude do corte da Selic (taxa básica de juros), a expectativa do mercado é de que o colegiado ‘rache’ em relação ao percentual de redução: se meio ponto percentual (0,5 p.p.) ou 0,25 p.p., com maior probabilidade para esta segunda opção.

A provável hesitação entre os membros do Copom estaria relacionada ao impacto da queda da Selic sobre os títulos prefixados e atrelados à inflação, que compõem as carteiras dos investidores.

Caso se confirme a queda ‘menor’ da taxa básica, a medida seria interpretada por analistas como uma ‘leve alta’ nos juros de curto prazo, penalizando aqueles títulos de renda fixa prefixados indexados à inflação.

Outro reflexo seria a perda de valor destes papéis no



Analistas preveem decisão ‘apertada’ do colegiado

mercado secundário, o que complica o planejamento do investidor, que estaria prestes a se desfazer dessa posição, antes do vencimento.

Tal situação atípica apresentada pelo presente ciclo de corte de juros estaria afetando a rentabilidade de títulos pre-

fixados há meses, uma vez que aqueles que comprou esses títulos quando o BC passou a cortar a Selic, em agosto último, mas agora terá de manter o investimento até o vencimento, sob pena de perder dinheiro.

Essa situação, considerada atípica para o atual ciclo de

corte de juros, já vem afetando a rentabilidade de títulos prefixados e atrelados à inflação há meses: quem comprou esses papéis quando o BC começou a reduzir a Selic, em agosto, deverá ser obrigado a levar o investimento até o vencimento para não perder dinheiro.

Como compensação, a consultora de investimentos XP entende ser factível um cenário mais positivo para o investidor, caso o Copom sinalize que pretende manter o ciclo de cortes.

Neste caso, a curva de juros poderá apresentar queda no curto prazo, o que poderia implicar valorização de papéis de curta duração.

Se os juros continuarem altos, predomina uma expectativa favorável para a renda fixa, ponderam analistas da XP, com preferência o títulos atrelados à inflação (IPCA+), cujos retornos de juro real têm sido elevados”.

Fechado acordo para tarifa de Itaipu

Fábio Pupo (Folhapress)

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chegou nesta terça-feira (7) a um acordo com o Paraguai sobre a tarifa a ser cobrada pela energia da usina de Itaipu, após meses de negociação.

Os países também se comprometeram com premissas a serem seguidas pelos dois países em torno do assunto.

A tarifa atualmente cobra-

da, de US\$ 16,71 por kW.mês, vai a US\$ 19,28.

De acordo com pessoas envolvidas nas negociações, no entanto, o consumidor brasileiro não sentirá o aumento porque a diferença será devolvida, por meio de uma espécie de cashback da binacional à ENBpar (estatal brasileira que detém a participação de 50% na hidrelétrica).

O mecanismo foi desenvolvido para aumentar o montante recebido pelo país vizinho na

venda de energia aos próprios consumidores enquanto os brasileiros deixam de sentir a ampliação da tarifa.

O valor a ser praticado neste ano e nos calendários seguintes ainda é superior ao que poderia ser cobrado caso fosse levado em conta apenas o custo operacional da usina (US\$ 10,77), abaixo do demandado por Paraguai (US\$ 22,70).

O valor já poderia ter caído para US\$ 10,77 no ano passa-

do, quando a dívida para a construção da hidrelétrica foi quitada. Esta é a projeção do grupo de trabalho interno da própria hidrelétrica, o Cecuse (Comitê de Estudos para Avaliação do Custo Unitário do Serviço de Eletricidade de Itaipu).

A discrepância entre o projetado pelo grupo técnico e o valor efetivamente praticado atesta que os governos dois lados da fronteira estão usando a tarifa de Itaipu para bancar outras despesas.